

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 14

DESCOBRIMENTOS, EXPANSÃO E IDENTIDADE NACIONAL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1992

OS "DESCOBRIMENTOS" NA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1911-1926)
História e Ideologia

1. Introdução

A importância que a *história* tem vindo a adquirir, na sociedade contemporânea, justifica que, sobre ela, se multipliquem as reflexões. Todavia, como aquela apresenta diversas vertentes, impõe-se proceder a uma análise multifacetada. Assim, podem distinguir-se três planos, diferentes mas complementares e até, por vezes, praticamente indissociáveis:

- *história-realidade*;
- *história-estudo* ou *história-ciência* (1);
- *história-docência* e *consciência histórica* (2).

Como é sabido, os estudiosos têm dedicado uma atenção muito especial, sobretudo, à *história-ciência*. Porém, dada a relevância que o processo ensino-aprendizagem tem vindo a alcançar — e, inclusive, graças às suas potencialidades formativas —, a *história-docência* desperta um interesse cada vez maior, não só da parte de historiadores como de outros agentes envolvidos na política e na prática educativas.

Sem desejar retomar aqui a já clássica questão referente à *

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

C) Aos primeiros dois planos indicados também se refere Jacques Le-Goff, "História", in *Enciclopédia Einaudi*, 1: *Memória-História*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 160.

(2) Carbonell, por sua vez, distingue: *história-conhecimento*, *história-realidade* e *história e consciência histórica* (Charles-Olivier Carbonell, *Histoire et historiens. Une mutation idéologique des historiens françaises, 1865-1885*, Toulouse, Privat, 1976, pp. 35-41).

"história, mestra da vida", o certo é que diversos autores têm continuado a sublinhar, ao longo dos tempos, o papel significativo que a história desempenha na formação do indivíduo. Vejamos apenas dois exemplos que, não obstante se encontrarem separados por mais de dois séculos, pouco divergem entre si.

- a) Mably, em 1775, escrevia: "Não considerar a história senão como um amontoado imenso de factos que se procura arrumar por ordem de datas na (...) memória, é apenas satisfazer uma vã e pueril curiosidade que revela um pequeno espírito, ou acumular uma erudição infrutífera que não serve senão para fazer um pedante. Que nos importa conhecer os erros dos nossos antepassados, se eles não servirem para nos tornarmos mais sensatos?". E acrescenta: "Procurai (...)/ormar o vosso coração e o vosso espírito" ⁽³⁾.
- b) Mais recentemente (1983), no conhecido "Relatório Girault", sobre o ensino da história e da geografia em França, pode ler-se: "O ensino da história deve ser considerado não somente como distribuidor de conhecimentos sobre o passado e simples enriquecimento do espírito (...), mas antes como uma das bases da *formação* que todo o sistema educativo deve dar aos jovens. Nestas condições, não é o saber que é a principal medida da eficácia do ensino da história; inculcar o sentido crítico, desenvolver o espírito de tolerância, levar a compreender e a partilhar os ideais da democracia são os objectivos fundamentais na preparação dos jovens para a sua vida futura em sociedade; eles podem (e devem, acrescentaria eu) ser ensinados por intermédio da história" ⁽⁴⁾.

Para já não falar da história-realidade — que, obviamente, se encontra na base e constitui o fundamento dos restantes conceitos de história —, a *história-ciência* e a *história-docência* encontram-se

⁽³⁾ Mably, *De l'étude de l'Histoire* suivi de *De la manière d'écrire l'histoire*, reed., Paris, Fayard, 1988, p. 11 (Tradução minha, como nos restantes casos em que se efectuam citações a partir de língua estrangeira).

⁽⁴⁾ René Girault, *L'Histoire et la géographie en question. Rapport au ministre de l'éducation nationale*, Paris, Ministère de l'Éducation Nationale/Service d'Information, 1983, pp. 11-12.

intimamente ligadas. Na verdade, para se poder efectuar o ensino-aprendizagem da história é imprescindível que se saiba da matéria, o que, por sua vez, pressupõe a investigação. Sendo assim, toma-se necessário estudar não só a pesquisa e a didáctica da história, mas também os seus agentes ou fautores, designadamente os *historiadores*, como produtores da história-conhecimento, e os *professores*, como transmissores-formadores, no âmbito da respectiva disciplina. Convirá, pois, averiguar a sua formação e respectiva prática, o meio em que exercem a sua actividade, as condições de que dispõem, a(s) *ideologia(s)* dominantes(s) e a(s) que perpassa(m) pela respectiva actuação científica e/ou pedagógica. A biografia e a prosopografia poderão desempenhar aqui um papel de maior relevância. E porque a ideologia faz parte do subtítulo desta lição, permita-se-me que especifique um pouco o sentido em que utilizo o conceito (5).

Em primeiro lugar, direi que, contrariamente à opinião mais comum, não considerarei a ideologia apenas do ponto de vista negativo. A despeito de, uma ou outra vez, já ter sido anunciada a morte das ideologias, estas não só existem, como fazem parte integrante dos produtos científicos. Como destaca A. Sedas Nunes, "não se encontram nos domínios das Ciências do Homem, produtos exclusivamente científicos, mas tão-só produtos *científico-ideológicos*, nuns casos predominantemente científicos, noutros casos predominantemente ideológicos" (6). No que à *história* diz respeito ver, por exemplo os estudos de Luís Reis Torgal (7) e Armando Castro (8).

Como tem sido reconhecido por diversos autores, a ideologia já não pode ser vista só como a "falsa consciência", com que, durante muito tempo, foi identificada. Segundo Paul Ricoeur, a ideologia, consoante a função que desempenha, pode analisar-se sob três perspectivas.

(5) Como já foi sublinhado, o conceito de ideologia não pode ser usado de forma não ambígua, sem prévia definição (Onésimo Teotónio de Almeida, *The concept of ideology — A critical analysis*. Tese de doutoramento em Filosofia na Brown University (Estados Unidos da América do Norte), 1980, p. 237 (mimeografada).

(b) A. Sedas Nunes, *Questões preliminares sobre as ciências sociais*, 8ª ed., Ed. Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1984, p. 102.

0 Luís Reis Torgal, *História e ideologia*, col. "Minerva — História", 3, Coimbra, 1989, pp. 11-16 ("Prefácio") e *passim*.

(8) Armando Castro, "Para a teoria das ideologias", *Revista de História das Ideias*, vol. 8, 1986, pp. 635-638.

1. "No seu sentido mais elementar — afirma o autor —, a ideologia está associada à imagem que um grupo dá de si próprio, à sua auto-representação como uma comunidade com uma história e uma identidade" O. "O hiato entre os eventos inaugurais de um grupo e sua vida presente necessita (para ser preenchido) de imagens e símbolos (...), que façam de mediadores entre o presente e o passado e integrem os membros de um grupo". E prossegue Ricoeur: "Consequentemente, a primeira função da ideologia é mediar e integrar, consolidar e conservar" (10). Como "meio de integração social", a ideologia apresenta-se assim como um *fenómeno positivo* (11).
2. Por vezes, "a ideologia torna-se um expediente de argumentação, um esquema simplificador, um "ismo", que persuade os membros de um grupo que eles é que estão certos em pensarem como pensam. A ideologia adquire uma inércia que é intolerante para com a novidade, resistindo à mudança" (12). A ideologia surge, desta forma, "como um código de interpretação, justificando o sistema de autoridade em si mesmo". "Cada sistema de autoridade procura legitimar-se a si próprio aos olhos dos indivíduos que lhe estão sujeitos" (13).
3. Finalmente, a ideologia surge ainda ligada, "não à dominação em geral, mas à dominação de *classe*, que justifica devido a uma *distorção* que inverte a ordem da realidade e (das) ideias e atribui certas características ao mundo real" (14).

O Apud Armando John B. Thompson, *Studies in the theory of ideology*, Berkeley-Los Angeles, University of California Press, 1984, p. 186.

(10) *Idem*.

(11) *Ibidem*.

(12) *Idem*, p. 87.

(13) *Ibidem*.

(14) *Ibidem*. John B. Thompson (*ob. cit.* na nota 9, p. 189 ss.) faz algumas objecções ao esquema de P. Ricoeur. Por seu turno, Armando Castro apresenta uma tipologia ligeiramente diferente, no que respeita ao papel da ideologia, embora reconhecendo desempenhar aquela uma dupla acção, nomeadamente como "sistema geral do mundo" e como "sistema de intervenção" (A. Castro, *ob. cit.* na nota 8, p. 622).

Acrescentarei apenas que, mesmo dos conceitos de ideologia enunciados em 2 e 3 — com uma certa carga negativa —, se podem tirar ilações, do ponto de vista hermenêutico, de grande relevância para a investigação histórica. É que, como já foi sublinhado, "a ideologia encobre, esconde, disfarça". Mas em contrapartida, também "descobre, designa e, a seu modo, revela" (15).

Antes de concluir esta já longa introdução, gostaria de acrescentar algo sobre o tema escolhido. É que, se a pertinência do assunto, em relação à temática deste Curso de Verão, não parece suscitar dúvidas, já a sua individualização merece ser esclarecida. Poder-se-ia, assim, perguntar: por que destacar os Descobrimientos das restantes temáticas investigadas, ensinadas e estudadas na Faculdade de Letras de Coimbra (FLUC), no primeiro quartel da sua existência? No que se reporta a motivações de ordem pessoal, a investigação levada a cabo para trabalhos anteriores — quer sobre a história na FLUC durante a I República (16), quer sobre a temática dos Descobrimientos no Ensino Secundário, durante o Estado Novo (17) — induziu-me a formular algumas questões, a que agora terei o ensejo de, pelo menos em parte, responder. Por outro lado, a extraordinária importância que os *territórios ultramarinos* têm assumido na História de Portugal, desde a conquista de Ceuta, em 1415, até à actualidade, justifica que, para além das imprescindíveis análises de conjunto, se foquem monograficamente muitos assuntos ainda deficientemente conhecidos.

Para me reportar somente ao período em foco (1911-26) e antecedentes próximos, recorro a colonização e as viagens de exploração africanas, a crise que teve os seus pontos altos no *Ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890 e na Revolução Republicana de 31 de Janeiro de 1891, bem como a entrada de Portugal no primeiro Conflito

(15) A. Sedas Nunes, *ob. cit.*, p. 125.

(16) José M. Amado Mendes, "A história na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Investigação e ensino (1911-1926)", in *Universidade(s), História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (no 7- Centenário da sua Fundação). 5 a 9 de Março de 1990*, vol. 1, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso "História da Universidade", 1991, pp. 477-498.

(17) José M. Amado Mendes, "The teaching of History during the 'Estado Novo' (1926-1974): The Discoveries and Colonization", comunicação apresentada em Madrid, ao 17º Congresso Internacional de Ciências Históricas (de 26.08. a 2.09.1990), na Secção de Didáctica da História.

Mundial, de 1914-18 ⁽¹⁸⁾. A propósito, uma primeira questão, de carácter geral, se pode desde já formular:

Em que medida é que, na *História dos Descobrimientos e da Colonização* — do ponto de vista científico-pedagógico — se repercutiu o ambiente científico e político-militar, tão notoriamente condicionado pelas questões coloniais? Em caso (parcialmente) negativo, como explicar tal anomalia?

Ainda acerca da mesma problemática: qual o legado deixado pela I República ao Estado Novo?

E o questionário poderia continuar, embora a resposta — aliás difícil de dar, por motivos diversos — já ultrapasse o âmbito cronológico deste estudo: Que fez o Estado Novo desse e de outros legados, que alterações lhes introduziu e que efeitos teve essa acção — enformada, como é do conhecimento geral, por forte componente ideológica —, no que se refere à nossa *memória colectiva/consciência histórica*?

2. Antecedentes (1875-1911)

Nas últimas duas décadas de Oitocentos, recrudesciu o interesse da Europa pela África, em grande parte fruto da conjuntura da época. Ao facto se referiu o perspicaz e atento Oliveira Martins, ao escrever em *O Brasil e as Colónias Portuguesas*: "O industrialismo, o progresso da viação terrestre e marítima, e o progresso das ciências naturais, coincidiram para chamar as atenções da Europa para os feitos heroicos de um ingénuo apóstolo escocês filho directo dos filantropos insulares do princípio do século".

"Livingstone — prossegue o autor — cruzara África em vários sentidos (a partir dos inícios dos anos 40 da passada centúria); descobrira — porque as anteriores descobertas haviam passado despercebidas ou estavam esquecidas — os rios e os lagos do interior; e revelara à Inglaterra manufactureira e bíblica a existência de vinte ou trinta milhões de homens que andavam nus, e podiam vestir-se

⁽¹⁸⁾ Além dos mencionados no texto, recordo outros eventos, cuja compreensão só se tornará possível tendo em conta a relação da Metrópole com os referidos territórios: Restauração da Independência do Brasil (1820-22), queda do Estado Novo (1974), descolonização e integração de retornados das ex-Colónias (1975 e anos seguintes).

de algodão de Manchester; que adoravam *fetiches*, e deviam aprender a Bíblia" (18).

Também em Portugal se começava a manifestar um interesse crescente pelas Colónias africanas, desde logo bem patente nas acções desenvolvidas pela Sociedade de Geografia de Lisboa, criada em 31 de Dezembro de 1875. Além do ensino — uma das suas finalidades —, a referida Sociedade manter-se-ia na linha da frente, em prol de uma política e de uma ideologia coloniais, adaptadas à realidade portuguesa (20).

Por sua vez, aquando das comemorações do tricentenário de Camões (em 1880), os assuntos relativos às Colónias continuavam — aliás, compreensivelmente — na ordem do dia. No entanto, como o interesse pelas questões coloniais também passava, naturalmente, pela investigação e pelo ensino, não deixa de ser sintomático que as ditas questões fossem desde logo evocadas e associadas à criação de uma Faculdade de Letras, cuja proposta então foi efectuada. Atente-se no seguinte testemunho, de António de Vasconcelos: "Lembro-me de dois brados enérgicos e acordes, seguidos pelos doutores Manuel Emídio Garcia e Augusto Filipe Simões, lentes muito distintos, aquele da Faculdade de Direito, este da de Medicina, quando a nossa Academia, docente e discente, se preparava para celebrar as festas do tricentenário de Luís de Camões (...), se solicitasse a criação imediata, não só de um curso colonial, em que se professasse a história dos nossos descobrimentos e colonização, a geografia das nossas colónias com todos os elementos mesológicos e demográficos, etc., etc., mas também de uma autêntica Faculdade de Letras; conseguir-se-ia preencher assim uma falta considerável no quadro dos estudos. Estas propostas, adoptadas pela Universidade, concretizaram-se em uma representação dirigida ao Governo, com data de 29 de Julho (1880), onde se faziam três pedidos, todos bem fundamentados, entre os quais figurava, em primeiro lugar, a criação de tão desejada Faculdade de Letras, em cujo 3- ano se estudaria, além de História da Filosofia e das Literaturas antigas e medievais, a História, Geografia e Etnologia das colónias portuguesas" (21).

(19) Oliveira Martins, *O Brasil e as Colónias portuguesas*, 7ª ed., Lisboa, Guimarães & C^a, Editores, 1978, p. 234.

(20) Ângela Guimarães, *Uma corrente do Colonialismo português. A Sociedade de Geografia de Lisboa. 1875-1895*, Lisboa Livros Horizonte, 1984, pp. 11-12 e 25-26.

(21) Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra no século XX*.

3. Os descobrimientos como temática praticamente "esquecida" (1911-1921)

Satisfazendo-se uma pretensão já bastante antiga ⁽²²⁾, foram finalmente criadas, já em plena República, pelo Decreto de 19 de Abril de 1911 ⁽²³⁾, as Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra. Diferentemente do que fora solicitado na mencionada proposta de 1880, nenhuma medida legislativa concreta foi tomada, com vista a fomentar, nas ditas Faculdades, os estudos relativos à História dos Descobrimientos e da Colonização. Contudo, também nada obstaría a que esses estudos se efectuassem. Mas, na prática, que há a assinalar em tal domínio?

No que à FLUC diz respeito — para me cingir ao âmbito do tema em foco — pouco há, efectivamente, a assinalar, em especial na primeira década do seu funcionamento (1911-1921). Com efeito, ao invés do que sucedia no domínio da Geografia — recordo que, ao tempo, se tratava de uma licenciatura única, em Ciências Históricas e Geográficas —> em que uma cadeira tinha por título "Geografia de Portugal e Colónias" ⁽²⁴⁾ no âmbito da História nenhuma cadeira contemplava, de forma explícita, a História das Descobertas e/ou da Colonização. Tratava-se de uma lacuna significativa, até pelas funções que deveriam ser confiadas às Faculdades de Letras, na preparação de recursos humanos para o exercício de actividades diversas, e não apenas para o magistério. Na lição inaugural do ano lectivo de 1912-1913, o Doutor António de Vasconcelos destacava, a propósito: "Os cursos ordinários das Faculdades de Letras devem tornar-se habilitação necessária, legalmente indispensável, para todas as profissões que tenham por objecto educar crianças e adolescentes, e dirigir, governar ou julgar homens" ⁽²⁵⁾.

Resta analisar — através do recurso aos "cadernos de

Actas da Faculdade de Letras, vol. 1 (1911-1925), Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade, 1989, pp. 171-172.

⁽²²⁾ Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, *Dois projectos de Lei do século XIX para criação de Cursos ou Faculdades de Letras*, Coimbra, 1984, Sep. de Biblos, vol. LX, 1984.

⁽²³⁾ *Diário do Governo*, de 22.04.1911.

⁽²⁴⁾ Decreto n.º 195, *Diário do Governo*, de 22.08.1911, pp. 3530-3536; Decreto de 19.08.1911, *Anuário da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1911-1912*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912, p. 27.

⁽²⁵⁾ "Lição inaugural do ano lectivo de 1912-1913, pronunciada em sessão solene da Universidade de Coimbra a 15 de Outubro de 1912 pelo Prof, da

sumários" (2^b) — as matérias leccionadas em cada cadeira, a fim de detectar em que medida é que a matéria em foco era ou não objecto de estudo. Uma das cadeiras de cujo programa podia — e devia — constar a História dos Descobrimentos era a *História Moderna e Contemporânea*. Porém, só muito esporádica e escassamente isso se verificou. Pode, todavia, apontar-se uma significativa excepção, no ano lectivo de 1913-1914, no período compreendido entre meados de Novembro e princípios de Fevereiro, durante o qual a respectiva regência esteve a cargo de Porfirio António da Silva. Das 26 aulas ministradas no referido lapso de tempo, nada menos que 18 foram dedicadas à temática das Descobertas, o que corresponde à elevada percentagem de 69%.

Do sumário do dia 14.11.1913 constam diversos tópicos que, simultaneamente, nos dão algumas indicações sobre a orientação programática dada à disciplina:

- Descobertas marítimas e ultramarinas de Portugueses e Espanhóis;
- Sua importância, alcance e repercussões, verdadeiramente mundiais;
- Sua causa primária fundamental;
- Seus resultados, próximos e remotos.

Os sumários de outras aulas contemplam, entre outros, os seguintes assuntos:

- Descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral. Se esta descoberta foi casual ou premeditada (26.11.1913);
- Viagem de Vasco da Gama à Índia. Atrocidades que cometeu (3.12.1913);
- Império Colonial dos Portugueses no Oriente. Sua duração. Causas desta, gerais e particulares (10.12.1913);
- Descobertas marítimas e ultramarinas dos Espanhóis. Importância do assunto (7.01.1914);
- Tratado de Tordesilhas. Prioridade da descoberta do Brasil (23.01.1914);

Faculdade de Letras Dr. António de Vasconcelos (*Anuário da Universidade de Coimbra (Suplemento), Ano lectivo, de 1912-1913*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913, p. 67.

(2^b) Os ditos cadernos de sumários encontram-se, em arquivo, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- Prioridade da descoberta da América (04.02.1914).

Sobre a matéria sumariada permito-me fazer alguns comentários sucintos:

- a) Só os Descobrimientos merecem atenção, ficando a Colonização por focar.
- b) Ao aludir a uma "causa primária e fundamental" das Descobertas — que, aliás, não especifica —, o Doutor Porfírio da Silva adopta um tipo de explicação monocausal, hoje considerado completamente ultrapassado, em especial nas Ciências Humanas e Sociais.
- c) Já atribui certa relevância a um tema que viria a tomar-se clássico: a intencionalidade e a prioridade da descoberta do Brasil, por Cabral, em 1500.
- d) Uma perspectiva evitada, naturalmente, de um certo *nacionalismo*, não inibiu o docente de atribuir algum relevo à acção de Espanha nas Descobertas, nem tão-pouco de referir, num dos sumários, as "atrocidades" cometidas por Vasco da Gama.
- e) Já se refere ao "Império Colonial dos Portugueses", reportando-se ao Oriente ⁽²⁷⁾.

Em suma: apesar de o Prof. Porfírio António da Silva não poder ser apresentado como um modelo, no que respeita à sua dedicação à Faculdade de Letras —, pois, além de impedimentos por motivos de saúde, preferiu dispersar-se por outras actividades, designadamente empresariais e políticas ⁽²⁸⁾ —, exige a verdade reconhecer-se que foi por seu intermédio que a História dos Descobrimientos começou a

⁽²⁷⁾ A extensão do conceito de Império Colonial Português, "abarcando todas as possessões que se espalhavam pelo mundo", é atribuída ao comandante João Belo, que sobraçou a pasta das Colónias, desde 1926 até ao seu falecimento, em 1928 (Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. XI: *A Primeira República (1910-1926). História Política, Religiosa, Militar e Ultramarina*, Lisboa, Ed. Verbo, 1989, p. 360; "BELO (João)", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. IV, Lisboa-Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, pp. 490-491).

⁽²⁸⁾ António de Vasconcelos, "Dr. Porfírio da Silva", *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. VIII, 1922, pp. 611-614; José M. Amado Mendes, "A história na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Investigação e ensino (1911-1926)", cit., pp. 487-488.

ser efectivamente leccionada — ainda que de modo fugaz — na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Contudo, a sua iniciativa não encontrou continuadores, nos anos imediatos.

De facto, os Descobrimentos praticamente desapareceram do programa da mesma cadeira (História Moderna e Contemporânea), leccionada, primeiro, por Augusto Joaquim Alves dos Santos (de Fevereiro de 1914 a Maio de 1918) e, em seguida (desde Maio de 1919), por Manuel Gonçalves Cerejeira. Assim, o republicano Alves dos Santos passa a privilegiar, logo desde o ano lectivo de 1914-15, os três seguintes temas: Renascença (5 aulas), Reforma Religiosa e Luteranismo (12 aulas) e Revolução Francesa (14 aulas). Nos anos imediatos, apenas se registam pequenas alterações: inclusão da Contra-Reforma e do Santo Ofício (1916-17) e História da França e da Alemanha, até finais do século XIX (1917-18). Por sua vez, Gonçalves Cerejeira só no ano lectivo de 1924-25 vai sumariar, de modo bastante sucinto, "Os descobrimentos geográficos", como "um dos grandes factos que preparam o mundo moderno" (29).

Como explicar que, na mesma cadeira, uma temática tão importante — pelo menos segundo a nossa perspectiva — como os Descobrimentos, anteriormente bastante desenvolvida, quase tivesse desaparecido? Na impossibilidade de abarcar todas as temáticas possíveis, os docentes — como frequentemente acontece — seleccionaram e optaram. Sobre o assunto, convirá recordar as pertinentes observações de Max Weber, as quais se mantêm, em grande parte, actualizadas: "somente um *fragmento* limitado da realidade pode constituir objecto da apreensão científica" (...) "apenas uma *porção* da realidade singular adquire *interesse* e *significação* aos nossos olhos, por somente essa porção estar em relação com as *ideias de valor culturais* com que abordamos a realidade concreta". Em comentário às passagens transcritas de Max Weber, acrescenta Sedas Nunes: "As ideias de *valor* — digamos: as crenças, as convicções, os interesses morais e políticos — do cientista [e do docente, permito-me acrescentar] •

(29) FLUC, "Caderno de sumários de História Moderna e Contemporânea", 1924-25. Além dos "descobrimentos geográficos", Gonçalves Cerejeira indica igualmente:

- a crise da dissolução *católico-feudal*, nos séculos XIV e XV;
- as grandes invenções (pólvora, bússola, imprensa);
- a Renascença;
- a Reforma (*ibidem*).

operariam, por conseguinte, como princípios de selecção dos factos e de configuração dos objectos de pesquisa (ou de ensino)" (30).

Em consequência do que acaba de ser exposto, compreende-se que as referidas *ideias de valor* e a própria ideologia — como hoje diríamos — tivessem induzido os mencionados docentes a fazerem opções algo diversas, embora coincidentes quanto à subvalorização pedagógica das Descobertas. Com efeito, o privilégio dado (ano lectivo 1914-15) à Revolução Francesa estaria perfeitamente de acordo com a ideologia e a "praxis" do republicano Alves dos Santos (31). Por sua vez, temáticas como a transição da Idade Média para a Renascença, a Reforma e a Contra-Reforma, os Jesuítas e o Papado adequar-se-iam perfeitamente aos ideais do clérigo Gonçalves Cerejeira, futuro Cardeal Patriarca de Lisboa (32).

Acrescente-se, entretanto, que pelo menos no programa de alguns anos de outra das (múltiplas) cadeiras leccionadas por Gonçalves Cerejeira — *História Geral da Civilização* —, a questão dos Descobrimentos era abordada. Assim, do tópico 5, "A Idade Moderna na História das Civilizações", consta a seguinte rubrica (ano lectivo de 1924-25): "Descobrimentos geográficos. Consequências: — geográficas, económicas, intelectuais e morais". O mesmo assunto aparece, reformulado, no programa de 1925-26: "Os Descobrimentos geográficos. Sua influência no descobrimento da civilização europeia. Consequências imediatas e repercussões indirectas". A par de algum eurocentrismo, nota-se aqui uma preocupação de carácter positivo, ao situar os Descobrimentos num quadro alargado de inter-relações.

Quanto às cadeiras de *História de Portugal*, de forma algo (pelo menos aparentemente) insólita, os Descobrimentos também não aparecem como ponto fulcral dos programas sumariados. Por exemplo, nos sumários de *História de Portugal* (cadeira anual), ministrada por António de Vasconcelos (1914-15), registam-se as seguintes alíneas: "Conhecimentos geográficos no começo do século XV" (27.02.1915);

(30) A. Sedas Nunes, *ob. cit.*, p. 106.

(31) Sobre Augusto Joaquim Alves dos Santos, ver José M. Amado Mendes, *ob. cit.*, pp. 488-489 e bibliografia aí indicada.

(32) Acerca de Manuel Gonçalves Cerejeira, além de J. M. Amado Mendes, *ob. cit.*, p. 492 e respectiva bibliografia, ver o excelente trabalho (colectivo) que lhe acaba de ser dedicado: "Pensamento e obra do Cardeal Cerejeira, no centenário do seu nascimento", *Lusitania Sacra*. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2ª série, 1990, t. II.

"Viagem de Diogo de Azambuja à Costa da Mina. Descobertas de Diogo Cão" (05.06.1915).

A partir do ano lectivo de 1917-18, a cadeira de História de Portugal passa a bianual (*História de Portugal I e II*) (33). Esta solução possibilitou o alargamento do âmbito cronológico até aí tratado. Assim, logo no ano lectivo de 1917-18, António de Vasconcelos, na *História de Portugal II*, dá um certo relevo às Descobertas:

- "Antecedentes que preparam o período das navegações e descobertas" (30.10.1917).
- "Primeira ideia de ir a Ceuta — discutida, aceita-se em realizá-la" (16.04.1918);
- "O desembarque. Tomada de Ceuta. A importância do facto. Regresso" (30.04.1918);
- "As primeiras descobertas marítimas... O infante ou Ceuta?" (02.e 30.05.1918).

Como se acaba de verificar, praticamente não se passa dos inícios das Descobertas, ou seja, dos antecedentes e da conquista de Ceuta. Esta, aliás, é o único assunto relativo à temática, focado no ano lectivo de 1919-20. O Doutor António de Vasconcelos, notável especialista da Época Medieval e de várias ciências "auxiliares" da História — como então se designavam —, tendia a secundarizar, nas suas lições, as Épocas Moderna e Contemporânea e, obviamente, os próprios Descobrimentos. Não esquecer que o início da sua carreira universitária teve lugar na extinta Faculdade de Teologia, onde, por certo, se privilegiavam a Antiguidade e a Idade Média. Todavia, a referida temática começava a sair do "esquecimento", pois faz parte do Programa de exames (prova escrita) do doutoramento em Ciências Históricas e Geográficas no ano lectivo de 1917-1918: "Navegações, descobertas e conquistas portuguesas" (M).

^{t33}) Da acta da sessão de 31.07.1917, do Conselho da FLUC consta: "O Exmo. Director comunica ao Conselho a notícia de que vão abrir-se finalmente no próximo ano lectivo as cadeiras desdobradas de História de Portugal, História da Literatura Portuguesa e Geografia de Portugal e Colónias" (M. Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Letras*, vol. I, cit., p. 139).

H M. Augusto Rodrigues, *idem*, p. 137.

4. A cadeira de "História dos Descobrimientos e da Colonização Portuguesa"

Coincidindo, "grosso modo", com o final da I Guerra Mundial (1918), as Faculdades de Letras (de Coimbra e Lisboa) são objecto de uma reforma, de alcance relativo, mas de interesse para o tema em estudo. Em que consistiu tal reforma e a que se deveu? No que à História diz respeito, foram criadas duas novas cadeiras:

- Propedêutica Histórica (semestral)
- História dos Descobrimientos e da Colonização Portuguesa (semestral).

Deste modo, o número das cadeiras de História passa de seis (legislação de 1911) ⁽³⁵⁾ para oito, mantendo-se as cadeiras auxiliares em número de quatro ⁽³⁶⁾. É possível que o agudizar das questões coloniais, durante o conflito de 1914-18, tivesse contribuído para a criação da cadeira de História dos Descobrimientos e da Colonização Portuguesa, embora o preâmbulo do respectivo Decreto não o confirme expressamente ⁽³⁷⁾.

A dita reforma entrou em vigor no ano lectivo de 1919-20, pelo que a cadeira de *História dos Descobrimientos e da Colonização Portuguesa*, do segundo semestre, começaria a ser leccionada somente em 1921 (as aulas tiveram lugar entre 4 de Maio e 29 de Junho do dito ano). A referida cadeira foi atribuída a João Serras e Silva, professor ordinário da Faculdade de Medicina — tendo ainda desempenhado, além de diversas outras funções, as de professor da Escola Normal Superior de Coimbra e de director do Instituto de Higiene — que já vinha colaborando com a Faculdade de Letras, na docência de cadeiras de Geografia ⁽³⁸⁾.

⁽³⁵⁾ Tratava-se das seguintes: História Antiga, Medieval e Contemporânea (três cadeiras), História Geral da Civilização, História de Portugal e História das Religiões (Decreto n° 195, *Diário do Governo*, de 25.08.1911).

⁽³⁶⁾ Respectivamente Arqueologia, Epigrafia, Numismática, Paleografia e Diplomática (*ibidem*).

⁽³⁷⁾ Aliás o dito preâmbulo apresenta-se lacónico, quanto a justificações, pois nele apenas se lê: "Tendo a experiência demonstrado que é necessário modificar a actual organização das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e Lisboa..." (Decreto n° 4651, *Diário do Governo* (2° Suplemento), de 14.07.1918, p. 1323).

⁽³⁸⁾ João Serras e Silva terá leccionado na FLUC Geografia, em

Como Serras e Silva teve a seu cargo a regência da *História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa*, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, durante mais de uma década, convirá analisar o assunto com algum pormenor.

Num artigo publicado sobre João Serras e Silva, na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, pode ler-se: "Essas mesmas qualidades pedagógicas [reveladas nas suas lições de Higiene e ao criar a Saúde Escolar] revelou ao reger a História dos Descobrimentos e que vieram a impor-se entre os alunos, que o viram entrar com cepticismo na Faculdade de Letras e depois acorriam como voluntários, além dos do curso, todos 'cativados da sua modéstia, da sua erudição, do seu tacto pedagógico, da clareza da exposição que ombreava com os insignes profs, drs. Vasconcelos, Cerejeira, Joaquim de Carvalho e Amorim Girão', como escreveu um deles, o prof. Carlos Alberto Marques" (39). Um outro testemunho aponta no mesmo sentido: "Homem de vasta cultura, como prof., pedagogo, sociólogo e higienista exerceu uma função renovadora fecunda" (40).

Atestadas, como parecem, as qualidades didácticas, pedagógicas (41) e de comunicação do docente da *História dos Descobrimentos...*, resta agora averiguar a sua preparação científica, eventualmente alicerçada na investigação, no ramo específico da referida disciplina. Não se vislumbrando, entre os numerosos trabalhos publicados pelo autor, algum que incida sobre a temática dos Descobrimentos e Colonização, utilizarei, para o efeito, os sumários das suas lições e os seguintes trabalhos, que fornecem elementos bastante elucidativos: (*)

substituição do Prof. Ferraz de Carvalho (em 1912) e Geografia Política e Económica (em substituição de Amorim Girão, em 1919-20) (M. Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Letras*, vol. I, cit. pp. 18 e 168).

(*) "SERRAS E SILVA (João)" [1868-1956], in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, reed. vol. XXVII, Lisboa-Rio de Janeiro, 1978, p. 503.

(40) D. Maurício, "Silva (João Serras e)", in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 17°, Lisboa, Ed. Verbo, col. 119.

(41) O conhecimento e interesse de João Serras e Silva pelas questões pedagógicas encontra-se bem patente, entre outros trabalhos, num intitulado "Uma educação boa deve ser nacional", *Arquivo Pedagógico*, vol. II, 1929, pp. 117-140 (no qual se revela bastante crítico em relação às ideias de Almeida Garrett, expandidas sobre o mesmo tema).

- *A ciência social na educação e na história* (1926) ⁽⁴²⁾;
- *O estudo da história* (1929) ⁽⁴³⁾.

No sumário da sua primeira aula (04.05.1921), Serras e Silva enuncia as linhas de força do programa da *História dos Descobrimientos...*, limitando-se, nos anos imediatos, a introduzir-lhes ligeiras alterações. Enumera, pois, os seguintes quatro tópicos fundamentais:

"1º Razões que permitiram a Portugal antecipar-se a outros na via dos Descobrimientos".

"2º Organização e carácter das expedições".

"3º Carácter económico e social dos estabelecimentos ultramarinos. Causas da decadência".

"4º Consequências para a Metrópole e para o mundo".

Serras e Silva adopta, assim, uma perspectiva da qual sobressaem, de preferência:

- os grandes quadros, só raramente recorrendo aos eventos de pormenor;
- a selecção dos factos, procurando distinguir os dominantes dos subordinados, focando essencialmente os primeiros;
- a valorização do social e até do quotidiano, com um certo menosprezo pelo estritamente político e militar;
- uma história comparada, tirando daí interessantes ilações.

Numa altura em que se encontrava em preparação o lançamento dos *Anuales* — cujo primeiro número surgiria em 1929 —, o que contribuiria para desencadear profundas transformações no domínio da história, o docente da História dos Descobrimientos e da Colonização Portuguesa revelava acompanhar, pelo menos em certa medida, o processo em curso. Por exemplo, repudiava uma história puramente factual e erudita, preferindo-lhe uma história explicativa. Provam-no entre outras, as seguintes passagens de Serras e Silva: "A história será tanto mais científica e mais útil quanto mais explicativa for" ^{f44}. E acrescenta, noutra trabalho: "Em história, por via de regra,

⁽⁴²⁾ [João] Serras e Silva, *A ciência social na educação e na história*, Coimbra, Coimbra Editora, 1926.

⁽⁴³⁾ [João] Serras e Silva, "O estudo da história", *Arquivo Pedagógico*, vol. II, 1929, pp. 387-432.

⁽⁴⁴⁾ Serras e Silva, "O estudo da história", p. 391.

os grandes eruditos são incapazes de fazer qualquer construção séria, com os materiais colhidos nos documentos". E conclui, de forma metafórica mas bastante elucidativa: "Estes eruditos, com a sua pezada bagagem, têm em regra o voo curto" (45).

Obviamente que não são focadas apenas generalidades, mas também eventos significativos ou, como prefere designá-los, "dominantes". Encontram-se sumariados, entre outros, os seguintes:

- "Passagem do Cabo Bujador";
- "Expedições de Bartolomeu Dias, Vasco da Gama e Colombo";
- "Governadores da Índia: Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque";
- "D. Henrique e as suas qualidades/condições: génio, tenacidade e meios".

Contudo, recusava-se a entrar em minudências nas suas aulas, por entender que tal não seria vantajoso. A propósito, apresenta o seu próprio testemunho: "O acaso — afirma Serras e Silva, em 1929 — fez que desde 1921 o curso de História dos Descobrimentos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra me fosse entregue. A experiência tem-me convencido da insuficiência de preparação dos alunos para ouvir falar do astrolábio, altura solar, balestilha e levantamento do polo. Tem-me parecido que seria snobismo insistir".

Recusando, igualmente, uma história distorcida por motivos de nacionalismo exacerbado, sublinha: "A História tem sido impregnada, digamos envenenada, pelo entusiasmo, pelo culto das grandes façanhas. Uma História científica, mais fundada no exame metódico dos factos sociais, ter-nos-hia mostrado a inanidade de tais emprêças". E prossegue: "O feudal explorava a sua terra, o cavaleiro vai explorar a terra alheia, pelo imposto, pelo domínio político. Um fundou o seu domínio na terra, o outro vai fundá-lo sobre as pessoas, para cobrar tributos e explorar o trabalho alheio. E pensar-se que a História esqueceu o primeiro, a tranquilidade do seu domínio agrícola, para celebrar as façanhas e a glória do segundo, na violência destruidora das suas investidas guerreiras! Pobre História" (46). E, um

(45) Serras e Silva, *A ciência social na educação e na história*, p. 77.

(46) Serras e Silva, "O ensino da história", pp. 407-408. Posição análoga era a de Vicente M. M. C. Almeida dTça, *Normas económicas da colonização portuguesa até 1808*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, pp. 7-9.

pouco adiante, acrescenta: "Temos a história dos descobrimientos e colonização portuguesa, que se presta a considerações várias, sob este ponto de vista, e que o patriotismo convencional tem desnaturado um pouco" (47). Como exemplo, refuta a ideia, segundo a qual a ciência náutica portuguesa era suficiente para se navegar em completa segurança.

Como se disse já, Serras e Silva preferia a explicação à descrição, para o que contribuíam os seus conhecimentos de sociologia. Propunha-se assim explicar, por exemplo, as seguintes questões que reputava de muito importantes:

- a) *Origem dos Descobrimientos*: comparando as condições de que, ao tempo, dispunham a Inglaterra, as Repúblicas Italianas, a França e a Espanha, com as de Portugal, constatava que o nosso País estava bem colocado para iniciar o processo. Contribuíam, para isso, factores de ordem geográfica, económica e social. Numa aproximação — ou sofrendo a sua influência? — de Duarte Leite, que valorizava o papel da nobreza nas Descobertas (48), Serras e Silva atribuíam ao espírito da cavalaria uma acção decisiva. Referindo-se aos motivos que solicitaram os portugueses do século XV aos descobrimientos marítimos, destaca: "O mais importante é o *espírito da cavalaria*, desenvolvido, radicado na formação social, pelas inúmeras batalhas contra os mouros e contra Castela" (49).
- b) *Sobre a colonização*, em particular no Oriente, Serras e Silva faz lembrar algumas passagens de Oliveira Martins (50), por apenas se reportar, de forma praticamente exclusiva — e, logo, incompleta e parcial — aos aspectos negativos. Obviamente que aqui entram factores ideológicos, talvez com intenção — da parte de Serra e Silva — de se opor à visão, demasiado apologética, que ao tempo seria ainda comum. Atente-se nas seguintes passagens:
 - "nós pretendemos fundar um império [na Índia] e enviámos os nossos melhores capitães que desenvol-

(47) Serras e Silva, *idem*, p. 409.

(48) Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaio*, III: *Sobre teoria da história e historiografia*, Lisboa, Sá da Costa, 1971, p. 240.

(49) Serras e Silva, "O ensino da história" p. 413 (sublinhado meu).

(50) *O Brasil e as colónias portuguesas, passim*.

veram toda a energia, todo o saber da sua arte, empregaram todas as violências até a crueldade fria, e não conseguimos nada de sólido e duradouro; os ingleses queriam somente comerciar, sem veleidades do domínio e acabaram por edificar o famoso e sólido império que ainda dura! (1926)". E acrescenta, um pouco adiante: "Se juntarmos às violências das conquistas, as violências da exploração, a imposição de tributos e a entrega gratuita ou a preço ínfimo da pimenta; os vexames inúteis para experimentar o prazer de nos sentirmos o mais forte, teremos explicados o mistério do nosso insucesso" (51). Resta acrescentar que, ao invés, o autor tece elogios à colonização portuguesa no Brasil (52).

No que se refere à *pesquisa histórica*, a acção de Serras e Silva terá sido muito menos relevante. Por certo mais dedicado à medicina e à sociologia que à história, além de ter distribuído o seu tempo por múltiplas tarefas, a investigação, no âmbito dos Descobrimentos, pouco lhe terá ficado a dever. Acrescente-se que a trabalhar sozinho na área, para mais regendo uma cadeira semestral — que funcionaria como mero apêndice profissional —, sem apoio institucional adequado, pouco mais poderia ter feito. Por outro lado, dá impressão que na própria Faculdade se encarava a actividade de Serras e Silva como bastante marginal, pois o nome dele raramente aparece, mesmo em assuntos sobre que, à primeira vista, ele teria uma palavra a dizer. Apenas dois exemplos:

- a) Da acta da sessão do Conselho da FLUC, de 12.05.1926, consta: "Lê (o Director) uma carta do Reitor sobre a criação de um *Instituto Colonial* na Universidade de Coimbra, pedindo que a Faculdade indique um professor. A Faculdade resolve indicar os nomes dos seus professores de História de Portugal e de Geografia" (53). E por que não o professor de História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa?

(51) Serras e Silva, *A ciência social na educação e na história*, pp. 114-115.

(52) Serras e Silva, *idem*, p. 116.

(53) Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Letras*, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1991, p. 50.

- b) Quando em 1934 se projecta va organizar em Lisboa uma "Semana das Colónias", por iniciativa da Sociedade de Geografia, o Conselho da FLUC, atendendo à sugestão do Doutor Amorim Girão, "alvitrou que, em primeiro lugar, se pedisse a colaboração, por muitos títulos valiosa, do Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho. O Dr. Joaquim de Carvalho lembrou ainda o nome do professor auxiliar desta Faculdade Dr. Sílvio Lima, como o de quem muito provavelmente se encarregaria de fazer uma conferência" (54). Não se conseguindo obter mais do que contribuições isoladas, foi o próprio Doutor Amorim Girão que se propôs fazer uma lição pública sobre as "Condições geográficas da expansão colonial portuguesa" (55). Ter-se-á devido a omissão do nome de Serras e Silva ao facto de, nesse ano de 1933-34, ele já não se encontrar a leccionar a História dos Descobrimientos...? (56). Com efeito, após a abertura do curso por Damião Peres (7.12.1933), a cadeira passa a ser leccionada por Manuel Lopes de Almeida.

Como historiador actualizado, Lopes de Almeida vai atribuir uma atenção especial às fontes e à bibliografia. Referindo-se à "renovação da História dos Descobrimientos", não deixa de a ligar aos trabalhos de Luciano Cordeiro, Sousa Viterbo, J. Bensaúde e Luciano Pereira da Silva (sumários de 16 a 18.01.1934). A História dos Descobrimientos e da Colonização Portuguesa entrara, assim, numa nova fase, em que a *explicação*, por vezes ousada — na linha de um Oliveira Martins, um António Sérgio ou mesmo um Serras e Silva —, vai frequentemente ceder o passo à *erudição*. Os eventos e as personalidades voltam a estar na ordem do dia, não obstante a renovação por que a História dos Descobrimientos viria a passar, mas muitas vezes graças a iniciativas estranhas às Faculdades de Letras. Como é sabido, a referida tendência tem vindo a alterar-se nas últimas

(M) M. Augusto Rodrigues, *idem*, p. 251.

(55) M. Augusto Rodrigues, *idem*, pp. 253-254.

(56) Da acta da sessão do Conselho de 10.12.1934, consta: "Aberta a sessão, pede a palavra para antes da ordem do dia o Dr. Damião Peres, que declara não lhe ser possível continuar a reger quatro cadeiras, e propõe que a regência dos Descobrimientos e da Colonização Portuguesa seja confiada ao professor auxiliar Lopes de Almeida, o que o Conselho aprova" (M. Augusto Rodrigues, *idem*, pp. 237-238).

décadas, devido — no caso da FLUC —, à actividade desempenhada no âmbito do Instituto de História da Expansão Ultramarina.

O ensino e a investigação da História dos Descobrimentos e da Colonização, durante o Estado Novo, ultrapassa o âmbito deste estudo. Todavia, não gostaria de terminar, sem formular uma questão, algo provocatoria: não será tempo de investigar qual o papel desempenhado pela referida História, do ponto de vista da *memória colectiva*, na indiferença com que a esmagadora maioria dos Portugueses assistiu "à derrocada do 'império' ", de que fala Eduardo Lourenço, em *O Labirinto da Saudade* ⁽⁵⁷⁾? E na própria "receptividade" — ou, se se preferir, "aceitação" — da própria Guerra Colonial? Por outras palavras: além da *investigação* (história-ciência) e do *ensino* (história-docência), *quais as suas repercussões ou efeitos, a jusante em determinado contexto histórico, como aquele a que acabo de aludir?*

⁽⁵⁷⁾ Eduardo Lourenço, *O labirinto da saudade*, 3ª. ed., Lisboa, Dom Quixote, 1988, p. 43.